

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

**Arquitetura e Urbanismo: Planejando e
Edificando Espaços**
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL- PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA	353

RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC

Josélia Alves

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar os resultados e impactos do Projeto de Urbanização de Favelas, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Foi realizada uma revisão documental, buscando conhecer os projetos urbanísticos, de infraestrutura e social na Secretaria de Habitação de Interesse Social do Estado do Acre - SEHAB, coordenadora dos Projetos. Foram realizadas observações *in loco* para averiguação das ações e obras realizadas, e comparação entre o previsto e o realizado, além de entrevistas com gestores, técnicos e pessoas-chave das comunidades. Predomina inúmeras obras inacabadas com baixa qualidade, sem que uma explicação ou mesmo uma nova data para a conclusão das obras fosse anunciada. Entre alguns motivos constatados para este resultado, destaca-se as diversas mudanças e falhas nos projetos, a incapacidade técnica das empreiteiras e do próprio governo, gestor do projeto. Se faz necessário compreender as particularidades de cada assentamento e através de estudos mais detalhados, propor soluções mais adequadas, articuladas aos demais instrumentos de planejamento urbano e com maior participação dos moradores. Mais do que recuar, programas e projetos com esta visão integradora, devem

ser aprimorados, ampliados e replicados para os inúmeros assentamentos precários da cidade.

INTRODUÇÃO

Grande parcela da população brasileira vive em favelas e aglomerados subnormais. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, organiza-se a Secretaria de Habitação, retomando-se os investimentos no setor habitacional, estagnado desde a extinção do BNH. Em 2007, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pelo governo federal, marca um novo momento da política de urbanização de favelas no país, que pela primeira vez, aplica recursos significativos nesse tipo de intervenção. Voltado para urbanização de favelas e através de parceria entre governos estaduais ou municipais e o governo federal, o PAC-UAP financia obras de urbanização (infraestrutura, saneamento, drenagem e contenção geotécnica), equipamentos sociais, produção de novas moradias, requalificação habitacional, trabalho social e regularização fundiária.

O PAC tem importante papel no processo de expansão dos serviços de saneamento básico em áreas que concentram populações em condições de alta vulnerabilidade social.

Este Programa trouxe a oportunidade de melhorar a qualidade de vida da população urbana através principalmente da expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto e de ações que contribuam para a regularização fundiária, segurança e melhoria das condições de habitabilidade da população que ocupa áreas inadequadas para moradia.

O Programa previa investimentos de R\$ 503,9 bilhões aplicados através de um cronograma que se estenderia de 2007 à 2010. A partir da inserção junto ao Plano Plurianual de Investimentos, (PPA 2008/2011) foi prorrogado por mais um ano, compreendendo então, o quinquênio 2007/2011 com a incorporação de R\$ 142 bilhões.

Apesar do investimento significativo, Denaldi et al (2016) aponta para indícios de que esse programa vem perdendo importância na agenda federal. Um dos motivos seria o baixo índice de execução dos projetos em todo território nacional. E ainda que, segundo dados do Ministério das Cidades até outubro de 2014, apenas 12% das obras de urbanização da seleção de 2007/2008 foram concluídas e nenhuma obra de urbanização de assentamentos precários da seleção de 2011 foi finalizada.

Em 2008, o governo do estado do Acre foi contemplado com recursos do PAC na ordem de R\$ 103 milhões para a urbanização de assentamentos precários na cidade de Rio Branco, constituídos principalmente por áreas de fundos de vale e margens de igarapés e ocupadas, em sua grande maioria, por populações de baixa renda e alta vulnerabilidade social, prevendo sua permanência ou realocação, por intermédio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

Torna-se necessário portanto, estudos e pesquisas sobre o tema e avaliação do programa, principalmente em realidades distintas, como as cidades de porte médio da Amazônia. Assim pretende-se conhecer os objetivos e ações previstas no Projeto e verificar sua implementação, comparando o previsto com o realizado.

Assentamentos Precários em Rio Branco

Rio Branco, capital do estado do Acre, está localizada na porção leste do Estado e concentra aproximadamente 40% do total da população do Acre. No período de 2000 a 2010 passou de 253.059 para 319.825 habitantes, (IBGE 2010). Conforme dados do IBGE (2010), a população em Rio Branco aumentou de 290.639 em 2007 para 305.954 em 2009 e para 335.796 em 2010. E segundo a Prefeitura de Rio Branco (2011) o déficit habitacional é de 46.048 moradias.

Em 2009, apenas 0,3% dos domicílios contavam com rede coletora de esgotos (IBGE, 2010), o que indica que essa carência deve ser ainda maior. E o quadro de irregularidade fundiária é grave tanto na área rural como na área urbana. Assim, no ano de 2007, aproximadamente 2,7 mil famílias viviam em assentamentos de reforma agrária e apenas 36% desse total possuíam algum tipo de titulação. Na área urbana onde o cenário de irregularidade também é expressivo, foi diagnosticado até 2009, 196 parcelamentos que apresentavam algum tipo de irregularidade. Do total de assentamentos vistoriados, 15% são considerados como ocupação espontânea¹,

¹ Esta forma de ocupação, muito utilizada pelas famílias oriundas do interior do estado e da zona

40% clandestinos² e 45% irregular³ (Prefeitura Municipal de Rio Branco - Plano de Habitação de Interesse Social, 2011). Isso significa que a questão da regularização fundiária rural e urbana, constitui-se em uma dos problemas mais importantes a ser enfrentado pelo Município, dado a sua relevância para a questão habitacional.

Conforme os dados divulgados pelo IBGE 2010, aproximadamente 18% da população no Acre pertencem à faixa de pessoas extremamente pobres. E conforme a Federação de Indústrias do Acre- FIEAC (2007), 65% dos domicílios em Rio Branco têm entre 3 a 5 moradores, em 85% dos quais residem, no mínimo, 3 pessoas. Deste montante, 60% têm um morador com renda mensal. Destes, 92% dos chefes de família têm renda de 1 a 3 salários mínimos e 8% realizam trabalhos informais nas próprias residências.

O PAC-UAP NA CIDADE DE RIO BRANCO

Até o lançamento do PAC em 2008, poucos recursos tinham sido aplicados na urbanização de favelas em Rio Branco. Foram selecionadas cinco áreas para aonde foram previstas obras de saneamento básico com rede de água e esgoto, drenagem, remoção de famílias das áreas de fundo de vale com realocação em unidades habitacionais, recuperação ambiental com tratamento do fundo de vale para uso comunitário e projeto social com a comunidade (ALVES, 2012).

A proposta prevê a regularização fundiária, segurança e melhoria das condições de habitabilidade da população (tais como implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta periódica de lixo, drenagem e pavimentação, regularização fundiária e habitação, entre outros) localizada em áreas consideradas inadequadas para a moradia, visando sua permanência ou realocação, por intermédio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

As áreas escolhidas para os projetos de intervenção foram subáreas identificadas como prioritárias denominadas de Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs. Estas áreas, segundo documentos do governo citado por Ferreira (2008), “junto com as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs), compõem os eixos do projeto sócio-econômico-ambiental que farão do Acre o melhor lugar para se viver na Amazônia em 2010”, estando suas características gerais descritas a seguir:

As ZAPs urbanas estão localizadas em fundos de vale e as rurais estão em terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos tradicionais e assentamentos diferenciados. Nas cidades, as ZAPs apresentam um reduzido grau de disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestruturas, com habitações precárias com baixo capital social, vulnerabilidade ambiental, elevado número de pessoas vivendo em condições de pobreza e miséria, e com alto índice de

rural do Município de Rio Branco, não é a forma de padrão predominante.

2 Constituído na segunda forma de ocupação mais usada, sua principal característica é a inexistência de projetos urbanísticos aprovados pelo Município.

3 Ocupação através de parcelamentos irregulares, caracterizada pelo descumprimento das normas urbanísticas por parte do empreendedor.

As áreas selecionadas foram : Chico Mendes (ZAP1), Conquista (ZAP 2), Nova Estação (ZAP 3) , Palheiral (ZAP 4) e Santa Inês (ZAP 5). Estas têm em comum (pelo menos em parte) a localização em áreas de baixadas e as margens de igarapés, sem saneamento, infraestrutura e que abrigam grupos sociais de baixa renda. Em relação às bacias hidrográficas, duas destas áreas estão na bacia do Igarapé São Francisco (ZAP 2 e ZAP 3), uma na Bacia do Rio Acre (ZAP 4), uma na Bacia do Igarapé Redenção (ZAP 1), uma na Bacia do Igarapé Judia (ZAP 5) e outra na Bacia do Igarapé Fundo (ZAP 3) (Figura 1).

A intenção do governo é que essas ZAPs sejam urbanizadas e recebam obras de saneamento básico, rede de água e esgoto, drenagem. Concomitantemente prevêem a remoção de famílias das áreas de fundo de vale com realocação em unidades habitacionais fora das faixas de preservação, recuperação ambiental com tratamento do fundo de vale para uso comunitário e desenvolvimento de projetos sociais com as comunidades.

Nas palavras do ex-Governador Binho Marques ...“O que estamos lançando aqui é algo fabuloso. Dezesseis mil famílias terão melhoria de vida. Nós, do Governo, e a Prefeitura, juntos, estamos colocando em prática a equidade: dar mais para quem tem menos”.⁴

O projeto se propõe a atingir aproximadamente 13.111 famílias, perfazendo um total de 50.310 pessoas (Quadro 1). Algumas das características socioeconômicas destas famílias são a baixa escolaridade tanto do chefe da família como do cônjuge, a pouca qualificação profissional e a conseqüente baixa renda da família. Mais da metade das famílias são chefiadas por mulheres com uma renda familiar entre um a três salários mínimos. A maioria exerce atividades informais tendo sido detectado um alto índice de desemprego. Muitas destas famílias já recebem inclusive os benefícios dos Programas de Renda do Governo Federal - Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Os bairros têm uso predominante residencial, e a maioria das construções são em madeira (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2008).

4 Discurso proferido durante solenidade de lançamento do Programa de Intervenção em 5 ZAPs, com recursos do PAC em Rio Branco em 22/06/2008 (FERREIRA, 2008) .

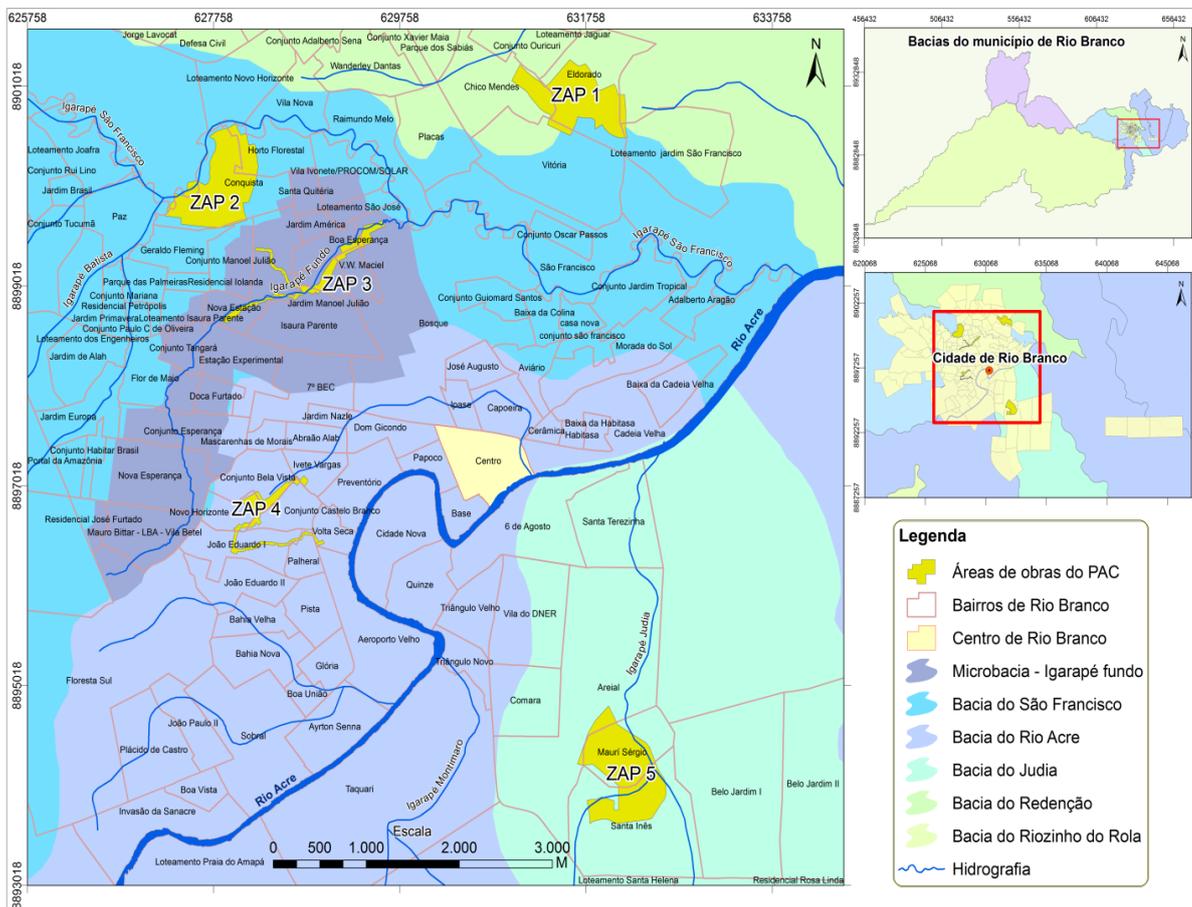


Figura 1 – Localização das Zonas de Atendimento Prioritário–ZAPs com obras do PAC em Rio Branco-AC.

Fonte: Governo do Estado do Acre (2008)

Os levantamentos realizados pelo Governo do Estado apontam que 1.217 das famílias localizadas nas ZAPs estão em situação de risco, sendo que destas, 245 estão na ZAP 3 – Nova Estação, que também concentra o maior número de pessoas.

Percebe-se uma coincidência conceitual e recorte espacial entre as ZAPs, unidades de gestão criadas pelo governo estadual em 2007 e as Áreas de Especial Interesse Social– AEIS delimitadas no Plano Diretor de Rio Branco (Lei Municipal Nº 1.611 de 27/10/2006).⁵

	ZAP 1 Chico Mendes	ZAP 2 Conquista	ZAP 3 Nova Esta- ção	ZAP 4 Palheiral	ZAP 5 Santa Inês	Total
Nº de famílias	2.500	3.800	2.708	2.203	1.900	13.111

5 As AEIS, correspondem às Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, instituídas pela Lei Federal –Estatuto da Cidade. Em 2006, o Plano Diretor de Rio Branco instituiu as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), que segundo o art. 200: constituem recortes territoriais ocupados por população de baixa renda, abrangendo loteamentos clandestinos e invasões, em que há interesse público em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social - HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

Nº de pessoas	12.300	11.400	13.668	6.600	6.342	50.310
% de mulheres Chefe de Família	55% 1.375	50% 1.900	50% 1.354	50% 1.101	55% 1.045	6775
Nº de famílias em situação de risco	90	333	245	334	215	1.217
Renda média familiar (em salários mínimos))	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3

. **Quadro 1** – Características socioeconômicas da população nas Zonas de Atendimento Prioritário - ZAP's antes das obras do PAC

Fonte : Elaborado pela autora à partir de dados de FERREIRA, 2008.

De um modo geral, as AEIS correspondem às áreas ocupadas por assentamentos com população de baixa renda e precárias condições urbanísticas e ambientais e que apresentam algum conflito fundiário, uma vez que são fruto de processos de apropriação dos espaços que não correspondem à urbanização formal, ou seja, as chamadas "invasões"⁶, que por sua vez, não podem ser tratadas pelos mesmos parâmetros vigentes na legislação convencional. Sua própria natureza jurídica permite que haja certo grau de flexibilização nos parâmetros urbanísticos ambientais e construtivos para legalização dos imóveis. Para Costa e Braga (2004, p. 211), as ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, "vistas sob a ótica da justiça ambiental, reconhecimento de uma situação de injustiça, associada a uma política que busca elementos de minimização e reparação."

Resultado preliminar do Projeto de Urbanização do PAC

Todos estes 5 projetos do PAC se enquadram na modalidade de Plano Piloto de Investimento – PPI e tiveram os contratos assinados em novembro de 2007, com início dos serviços em 2008. Portanto a execução das obras e ações se arrastam por 8 anos, onde foram identificados estágios diferentes de execução das obras e serviços em cada área.

O bairro Chico Mendes é o de menor valor de investimento, R\$ 16.377.814,38 e o único projeto concluído em 2014. No entanto, para que a obra fosse dada por concluída, o Estado teve que refazer trechos no fundo do vale, drenagem estouradas e adquirir alguns equipamentos novos.

Todos os demais estão com as obras paralisadas e contratos com vigência até 31/12/2016, com exceção do Palheiral que não teve a data de vigência divulgada pela Caixa. Os maiores investimentos ocorreram na ZAP Nova Estação com R\$ 38.066.293,34, seguida pelo Palheiral com R\$ 29.867.254,09. Por outro lado, o Palheiral foi o que teve menos percentual de serviços/obras realizadas - 77,77 %.(Quadro 2)

Houveram vários aditivos⁷ em todos os projetos. Os recursos não são passados integralmente. O repasse foi feito juntamente ao cronograma previsto de obras

6 Nome que designa localmente o correspondente às favelas.

7 Segundo o eng. Ramon da Caixa Economica, o aditivo não é necessariamente um valor acrescentado, e sim uma nova condição adicionada ao contrato (entrevista em outubro/2015)

organizado pela SEHAB e normalmente ele estava adiante da obra. Com isto, sempre houve recurso depositado em conta, permitindo que o tomador, no caso o Estado do Acre, o usasse para pagar as empresas. O repasse de dinheiro parou pelo fato das obras pararem antes, por erros em projeto ou má administração.⁸

A Caixa Econômica não avalia o projeto qualitativamente, o que é verificado é se os custos são adequados e compatíveis com a quantidade de famílias e se estes são compatíveis com o volume de recursos ofertado, ou seja, R\$ 11.000,00 de repasse por família.

O governo do Estado e a Caixa têm uma equipe de acompanhamento socioambiental para avaliar e acompanhar os projetos. São feitas ações de mobilização, cursos e oficinas para geração de renda e instrução social. As pessoas que são realocadas também são acompanhadas através de uma avaliação pós-ocupação, para saber qual é a percepção delas sobre a ocupação do novo espaço. Essa pesquisa é mandatária, o contrato da ZAP só encerra se a pesquisa acontecer.⁹ A seleção dos beneficiários e a entrega das casas são feitas exclusivamente pelo governo do Estado.

As operações só podem terminar se todas as famílias tiverem saneamento básico, com a situação fundiária resolvida, bem como sem nenhuma sub-habitação. Investimento em mobilidade, como a pavimentação, não é prioridade ao projeto, sua prioridade é o saneamento da bacia. Desta forma se optou por suprimir estes tipos de ações para focar na execução da meta principal.

A fiscalização das obras é feita pelo Estado do Acre, através da equipe técnica da SEHAB. A CAIXA faz um acompanhamento¹⁰ mensal apenas com o intuito de verificar se o que foi proposto foi executado, a fim de liberação de recursos.

ZAPs	Valor Investimento	Financiamento/ Repasse	Valor Liberado	Percentual Obra/Serviços	Situação Obra/Serviços	Data da última medição
Chico Mendes	R \$ 16.377.814,38	R \$ 13.094.560,00	R \$ 13.093.986,20	100,00 %	CONCLUIDA	18/08/2014
Conquista	R \$ 18.830.700,43	R \$ 15.833.000,00	R \$ 13.926.450,47	84,81 %	PARALISADA	13/12/2013
Nova Estação	R \$ 38.066.293,34	R \$ 30.683.435,96	R \$ 25.758.270,93	80,20%	PARALISADA	29/09/2014
Palheiral	R \$ 29.867.254,09	R\$ 24.584.040,59	R\$ 21.300.782,44	77,77 %	PARALISADA	06/02/2014
Santa Inês	R \$ 17.773.705,15	R \$ 13.858.764,05	R\$ 13.858.764,05	92,39 %	PARALISADA	12/09/2013

Quadro 2 – Valores dos investimentos e situação/estágio de cada obra do PAC.

Fonte : CARLOS, 2016 com dados do site da Caixa Econômica Federal (2016).

- ZAP 1 Chico Mendes – mesmo sendo o único projeto do PAC concluído e

8 Informações dadas pelo Eng. Ramon da Caixa Econômica (entrevista em outubro/2015)

9 Até o momento não tivemos acesso a esta avaliação pós-ocupação das famílias remanejadas das ZAP do Chico Mendes, o único projeto concluído.

10 O Eng. Ramon da CAIXA chama de vistoria aparente, ou seja, apenas uma vistoria superficial

com as obras entregues, foi constatado algumas obras inacabadas ainda causando uma certa insatisfação aos moradores, tanto em relação à demora na execução das mesmas, como principalmente quanto a qualidade dos serviços executados. Apesar destas ressalvas, é reconhecível que as obras trouxeram melhorias significativas ao bairro, tais como, pavimentação de ruas, implantação da rede de esgoto e ampliação e reforço da rede de abastecimento de água. Ademais, percebeu-se que o serviço social ocorreu de maneira significativa, cumprindo com as propostas previstas, como reuniões periódicas para discutir a participação comunitária, realização de campanhas de educação ambiental e realização de cursos técnicos no local.

- ZAP 2 Conquista – a frustração dos moradores deste bairro é mais evidente, visto que no mesmo a maioria dos serviços urbanísticos só foram parcialmente executados e outros nem se quer foram executados. Em relação ao projeto social não houve o cumprimento das metas previstas.

- ZAP 3 Nova Estação – observou-se que com a demora e paralização das obras, houve depredação de material de construção e do sistema de iluminação. Para o presidente da associação de moradores, o bairro está em boas condições e quase tudo que estava previsto no projeto foi realizado. Todas as ruas foram asfaltadas, a terraplanagem foi feita de acordo com o projeto, houve restauração e implantação da rede de drenagem de águas pluviais, rede coletora de esgoto domiciliar e rede de abastecimento de água, porém a rede de drenagem de águas pluviais está desativada. As obras melhoraram significativamente os problemas com enchentes que aconteciam em um trecho à jusante do Igarapé Fundo. Ressalta-se que este, foi o único bairro entre os cinco onde foi realizado plantio de árvores para recuperação ambiental. Portanto conclui-se que o projeto de um modo geral, promoveu a melhoria da qualidade de vida da população por meio de obras de infraestrutura.

- ZAP 4 Palheiral - mesmo com a chegada do projeto, a população sente-se decepcionada e insatisfeita com a baixa qualidade das obras. Alguns moradores atribuem às obras do projeto, a elevação do nível do Igarapé Maternidade em 2015. Foi possível verificar que as moradias situadas às margens deste igarapé continuam despejando seus dejetos de forma inapropriada no mesmo e que algumas casas inicialmente demarcadas pela equipe técnica do governo para serem removidas, ainda continuam lá, evidenciando as marcas nas paredes deixadas pela água da última cheia do igarapé Maternidade, em consequência da grande cheia do rio Acre em 2015.

- ZAP 5 Santa Inês - das ações previstas pelo projeto, muitas não foram concluídas, tais como a implantação de rede de drenagem de águas pluviais, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto domiciliar e pavimentação do sistema viário; e outras, nem chegaram a ser iniciadas, como plantio de árvores para recuperação ambiental e ampliação do sistema de iluminação pública. Os moradores aguardaram aproximadamente 20 anos para que o poder público fizesse alguma intervenção dessa natureza no bairro. No entanto a população encontra-se decepcionada, pois os benefícios não chegaram como o prometido e as ações e obras pararam sem que uma

explicação fosse dada ou ainda a definição de uma nova data para a conclusão das mesmas. Além disso, a população foi surpreendida com o repiquete¹¹ do Igarapé Judia em abril de 2015, deixando mais evidente a ineficiência do projeto.

Em visita ao bairro Santa Inês, o presidente da associação de moradores, Francisco Araújo, fez um desabafo : “a gente fica naquela dúvida, se reclama ou se agradece”, se referindo à qualidade das obras que foram iniciadas, pois apesar de considerá-las de baixa qualidade, de alguma forma trouxeram melhorias ao bairro (CARLOS et all, 2016).

Foi constatado um desconhecimento geral da população sobre o Projeto de Urbanização, inclusive por parte de alguns presidentes de associações de moradores, que devido a demora das obras já nem são mais os mesmos do início do Projeto em 2008¹² . Ou seja, os principais interessados, os moradores só foram tomando conhecimento do projeto à medida que iam sendo contatados pela equipe social do governo para o levantamento das informações cadastrais e socioeconômicas das famílias, especialmente daquelas que seriam afetadas pelas obras. Neste sentido, a implantação dos escritórios técnicos da SEHAB em cada uma das áreas, foi de fundamental importância, para o acesso dos moradores às informações de seu interesse e para o contato entre estes e a equipe técnica executora do projeto.

Ainda referente ao projeto social, pelo menos no Santa Inês, Palheiral e Nova Estação, constatou-se que não houve a realização de campanhas de Educação Ambiental e Sanitária, o que era de extrema importância, pois durante as visitas de campo comumente ouvia-se a frase: “Ah, minha casa não está em área de risco não, deve ter uns 10 metros até o igarapé, ainda”, o que indica a grande fragilidade na disseminação de informações dessa natureza (CARLOS et all, 2016).

No Nova Estação constatou-se que alguns moradores ficaram insatisfeitos porque não tiveram oportunidade de participar opinando ou sugerindo mudanças no projeto. Foram oferecidos cursos técnicos profissionalizantes para os moradores no local, porém estes deveriam ser definidos juntamente com a população, o que não aconteceu. Também não houve a criação de um Conselho com representantes da comunidade que acompanhasse as ações do projeto, conforme previsto. Portanto conclui-se que em relação ao componente social, o resultado não foi satisfatório.

Ademais, os moradores dos bairros Santa Inês e Palheiral acrescentaram que as ações de cunho social, previstas no projeto, não foram executadas, tais quais: (i) realização de cursos, oficinas e campanhas de Educação Ambiental e Sanitária; (ii) acompanhamento das famílias removidas das apps, relocadas em outras casas localizadas no bairro; e, (iii) entrega dos títulos definitivos das suas propriedades.

No período de dezembro de 2015 a junho de 2016 foram aplicados questionários em uma amostra das moradias nas áreas de intervenção e influência dos projeto nos

11 Elevação súbita do nível de um rio, em virtude de chuvas na região em que nasce.

12 O Projeto só foi apresentado uma única vez para a comunidade em geral, na Solenidade de Lançamento do Programa das ZAPs pelo Governo no início de 2008.

cinco bairros. Foram selecionadas unidades localizadas nas ruas próximas e lindeiras aos córregos e fundo de vale, as mais impactadas com as obras de urbanização. Foram entrevistados 107 chefes de famílias, onde obteve-se as informações que passaremos a apresentar a seguir.

Encontramos 57,94 % dos moradores chefe de família na faixa etária acima de 45 anos, 43,93 % com escolaridade até o ensino fundamental, apenas 7,48% com ensino superior e quase 19 % de analfabetos. A grande maioria dos entrevistados (88,79%) mora há mais de 10 anos no local, muitos desde a “invasão/ocupação” do bairro. No bairro Santa Inês o índice de analfabetismo é bastante alto, 62,5% e 37.5% dos chefes de família estão desempregados.

As casas removidas foram predominantemente aquelas rudimentares, em madeira, localizadas nas áreas de preservação permanente - apps sujeitas as inundações frequentes. Ainda hoje existem casas localizadas nas apps e bem próximas ao leito do igarapé, porém 60,75% destas são em alvenaria, e apesar do projeto se dispor a levar saneamento aos bairros (abastecimento de água, rede e tratamento de esgoto), 59,81% das famílias ainda utilizam poço ou nascente para o abastecimento de água. E apesar de 97,20% das casas terem canalização de esgoto, 73,83% encaminham este esgoto diretamente para os igarapés e corpos d'água mais próximos. No Santa Inês, 100% das residências fazem uso de poço, pois somente 12,5% destas casas tem acesso a rede de abastecimento de água. Por outro lado a água dos poços é de péssima qualidade. No Chico Mendes, observou-se que por mais que a maioria direcione seu esgoto para a rede pública, persistem muitas irregularidades devido às obras incompletas, dificuldade de algumas residências no acesso à rede de esgoto entre outras.

Mesmo após as obras, 39,25% afirmam ainda sofrer com as inundações ou “alagações”¹³. No Santa Inês, 100% dos entrevistados afirmaram também a ocorrência destas alagações no período da cheia do Rio Acre.

O projeto social previa a realização de cursos e oficinas com a população e quando perguntados se tiveram conhecimento destes cursos, 81,31% disse que não e menos de 1% disse ter participado de um destes. Quando perguntados sobre a satisfação com o projeto, 49,53 % disse não estar satisfeito, 25,23% disse estar satisfeito e o mesmo, ou seja, 25,23% disse estar parcialmente satisfeito. Além disto, 44,86% disse que houve uma melhora na qualidade de vida, enquanto que 34,58% disse não ter havido melhora na sua vida e 20,56% disse ter havido uma melhora parcial na qualidade de vida com o projeto.

Um dos objetivos do projeto é promover a regularização fundiária. No entanto, 83,18% ainda está irregular, ou seja, apenas 16,82% recebeu o título definitivo de sua propriedade. Tendo em vista que no bairro Santa Inês a maioria das residências estão marcadas para remoção, nenhuma delas possui o título de posse definitivo, pois a expectativa destas famílias é de que serão remanejadas. Por outro lado, no bairro

13 Termo local para designar as grandes enchentes e inundações.

Chico Mendes, 87,5% já possui o título definitivo.

Ressalta-se que apesar destas áreas terem sido designadas como AEIS pelo Plano Diretor de Rio Branco, conforme citado anteriormente, não estão sendo regularizadas através deste instrumento e muito menos estão tendo uma Legislação Específica. Ou seja, não está sendo feito a conectividade do projeto com os instrumentos urbanísticos delineados no Plano Diretor. Perde-se uma oportunidade de regulamentar alguns dos instrumentos vinculados diretamente a promoção do direito a moradia e à cidade e por outro lado, para comunidade fica uma sensação de insegurança quanto sua permanência nestas áreas.

Em estudo sobre o Projeto a Bacia Hidrográfica do Igarapé Fundo, quando foi feita uma avaliação do projeto do PAC na ZAP Nova Estação, chamamos atenção para o fato de que o projeto social, que ainda não tinha sido iniciado, deveria ser implementado com o mesmo grau de importância e *paripassu* ao projeto urbanístico, tendo em vista que seus efeitos iriam contribuir para a redução da pobreza e conseqüentemente da vulnerabilidade social (ALVES, 2009).

Quando se observa a implementação deste projeto nas demais áreas, percebe-se um distanciamento do Projeto Técnico Social (exigência do governo federal) para as obras de urbanização, com a ênfase nestas últimas. Isto pode ter ocorrido pelo fato deste projeto social ser exatamente a contrapartida do governo no Projeto e diante das dificuldades e ajustes no valor das obras, os recursos destinados a este trabalho social, vão sendo destinados a outros aspectos. Além disto, ressalta-se também o fato da equipe responsável pelo projeto social ser bastante reduzida, prejudicando muito a realização de todas as ações previstas em projeto, que requer, por concepção e metodologia, o envolvimento da população em todas as suas etapas.

Corroborar-se com Cirera e Gomes (2015), de que se os projetos de urbanização de favelas somente prover infraestrutura urbana, isso por si só é importante, mas insuficiente para alterar de forma significativa a realidade das famílias mais pobres, que residem nas favelas e assentamentos precários. A participação instrumental e os processos informativos, são importantes, mas insuficiente para reduzir as desigualdades e promover espaços efetivamente democráticos de tomada de decisão e partilha de poder.

Por que as obras atrasaram e estão paralisadas ?

A falta de recurso não foi o motivo crucial para a paralisação das obras. Estas sofreram com problemas nos projetos, ou seja, falhas de projeto são um dos principais motivos pelo atraso e paralisação das obras. Problemas esses decorrentes entre outros, da falta de sondagem da área de intervenção, principalmente das margens dos igarapés, gerando alterações principalmente nos serviços de terraplanagem, ocasionando assim custos não previstos em projeto. Outro problema é a capacidade de execução e administração das empresas contratadas. Houveram várias rescisões

de contratos, e a cada rescisão aumenta-se o custo e o prazo de execução, além da necessidade de fazer uma nova licitação; e esse processo todo leva aproximadamente seis meses. Durante esse tempo, muito material e equipamento se perde, e o que foi perdido não cabe ao governo federal pagar, pois já foi pago uma vez. Assim a conta vai para o Estado, o que gera dívida, e isso cria uma bola de neve. Um exemplo disto foi o que aconteceu no Palheiral, onde houveram várias rescisões de contrato, além do rompimento da travessia da Rua A e isso vai custar ao Estado aproximadamente 1 milhão de reais.¹⁴

Todo o processo administrativo de alteração do contrato, tem que ser refeito para que a empreiteira receba o valor adicional. Envolve desenvolver um novo projeto, cálculos de volume, nova planilha orçamentária, enviar à CAIXA, enviar de volta para correção, declaração de que atendeu as licitações, publicação de termo aditivo, elaborar um novo plano de trabalho e enviar ao governador para que ele assine. Depois, esse plano de trabalho volta para a CAIXA para que seja feito um termo aditivo ao contrato de repasse, publicar no diário oficial da união e tudo isso sem que o empreiteiro tenha recebido ainda. Todo este processo vai incorporando custo e dificuldades, que aliado à crise econômica, está fazendo com que poucas empresas queiram ou tenham condições de participar da execução destas obras. Neste contexto que alia a baixa capacidade de execução com pouco capital de giro por parte das empresas, reformulação e adequação constante dos projetos por parte do governo estadual e a burocracia inerente aos processos de aprovação dos projetos do PAC por parte do governo federal, cria um ciclo vicioso onde o maior passivo social, econômico e ambiental, recai sobre os moradores destes assentamentos.

CONCLUSÕES

É recente o montante de investimento neste tipo de intervenção com a concepção mais integradora do poder público em assentamentos precários em Rio Branco. As obras de saneamento do PAC, mesmo que inacabadas, impactam pra melhor a qualidade de vida da população. Contudo o projeto social deve ser executado com a mesma ênfase e simultaneamente às obras de engenharia tendo em vista seu papel complementar nas ações de saneamento. Neste sentido faz-se necessário a realização de novas oficinas que introduzam conceitos relativos ao uso adequado da água, destinação de resíduos sólidos, ocupação adequado do solo, recuperação ambiental e a importância da preservação da mata ciliar na recuperação ambiental dos muitos igarapés que cortam estes assentamentos precários. Para isto, o envolvimento dos moradores é fundamental desde a concepção até a implementação do projeto. Tem-se que sair do discurso e realmente por em prática a gestão democrática.

O estado deve qualificar cada vez mais seu corpo técnico para desenvolver

¹⁴ Informação obtida através de entrevista com o Eng. Civil Ramon da Silva dos Santos- Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo de Rio Branco/AC da Caixa Econômica Federal, em 7/outubro/2015.

projetos de urbanização mais adequadas para cada assentamento, destinando um maior tempo para o planejamento e elaboração dos projetos executivos mais abrangentes e detalhados, considerando as características físicas e ambientais do sítio urbano, e tendo como referência as bacias hidrográficas aonde os assentamentos estão inseridos. Também as empresas devem ser capacitadas para atuarem com maior eficiência nestes tipos de projetos e obras, criando-se assim um círculo virtuoso de expertise local para atuar na gestão urbana.

As ações devem vir articuladas aos demais instrumentos de planejamento urbano, principalmente aqueles que possam promover o uso social da propriedade e da cidade e garantir a permanência dos moradores nestes assentamentos após as obras de urbanização. Acredita-se que mais do que recuar com as dificuldades, programas e projetos com esta visão integradora, devem ser aprimorados, ampliados e replicados para os inúmeros assentamentos precários da cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Josélia S. (2012) *Vulnerabilidade Socioambiental em uma Bacia Hidrográfica urbana: o caso do igarapé fundo- Rio Branco-AC*. Tese de Doutorado, UFF- Niteroi.

-----.*Habitação de Interesse Social e Preservação Ambiental: conflitos e perspectivas na urbanização de áreas ribeirinhas em Rio Branco-Acre*. In: Anais do V Encontro Nacional e III Encontro Latino-Americano Sobre Construções e Comunidades Sustentáveis - ELECS . Recife, 2009

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Disponível em : https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp . Consulta : 28/06/2016

CARLOS, Suiane ; LIMA, Lucas F. ; VASCONCELOS, Paloma H. (2016). *Estudo de Política Pública de Habitação em Área de Preservação Permanente – APPs na cidade de Rio Branco – AC*. Relatório Parcial dos resultados de Pesquisa (coordenada pela autora) no âmbito do PIBIC-UFAC 2015/2016 . Rio Branco, 2016.

COSTA, H.S.M; BRAGA,T.M. (2004). *Entre a conciliação e o conflito : dilemas para ao planejamento e a gestão urbana e ambiental*. In: ACSERALD, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro : Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll.

DENALDI, Rosana; MORETTI, Ricardo ; PAIVA, Cláudia; NOGUEIRA, Fernando (2016). *Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 101-118, abr 2016 . Disponível in : <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3505>. acesso : maio 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (2016). *Plano Diretor de Rio Branco. Lei municipal n. 1611 de outubro de 2006*. Rio Branco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (2011). *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS*. Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/Plano-Municipal-de-Habita%C3%A7%C3%A3o-de-Interesse-Social-de-Rio-Branco-PMHIS.pdf>. Acesso: junho de 2016.

FERREIRA, Edmilson (2008). *Governo do Acre lança pacotes de obras do PAC em Rio Branco* . Disponível em : www.agencia.ac.gov.br/governo-do-acre-lana-pacote-de-obras-do-pac-em-rio-branco/ .Acesso: junho 2010.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: agosto 2015.

CIRERA, Marta; GOMES Raquel P.(2015). *O trabalho social no âmbito dos programas de urbanização de favelas (1993 - 2013): agenda de pesquisa* . Londrina.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

